

Demonstrações Financeiras

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas, em conformidade às disposições legais e estatutárias, divulga as demonstrações contábeis do exercício de 2022, de forma comparativa às demonstrações do exercício de 2021, assim como as notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal.

O Sicoob Central Crediminas é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de 72 cooperativas de crédito filiadas, formando o Sicoob Sistema Crediminas, que compõe, ao lado de outras 14 cooperativas centrais, com suas respectivas singulares e postos de atendimento, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob; representado institucionalmente pelo Centro Cooperativo Sicoob. Esse Sistema possui, como braço financeiro, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, entidade que tem o Sicoob Central Crediminas como um de seus controladores.

As cooperativas filiadas ao Sicoob Central Crediminas estão presentes em todo o estado de Minas Gerais, além de algumas cidades dos estados vizinhos: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. A rede é composta por 72 cooperativas singulares que possuem 706 postos de atendimento, totalizando 778 pontos de atendimento (sedes e PA's), dos quais 184 estão localizados em municípios assistidos apenas pelo Sicoob Sistema Crediminas, formando uma rede que atende 1.173.070 associados.

Adicionalmente, para proporcionar segurança às filiadas e conseqüentemente aos associados e parceiros comerciais, a Central conta com o trabalho do Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – Sicoob FGD, que, em complemento ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob e ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e o fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do estatuto social e do regulamento próprios às operações de crédito.

O Sicoob Central Crediminas é também controlador do Sicoob Minaseg – Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda., que, em parceria com as grandes seguradoras do país, oferece seguros nas mais diversas modalidades aos associados.

Perspectivas Econômicas

Ao final de 2021, especialistas indicavam que a economia brasileira apresentaria crescimento entre 0,5% e 1,4%, refletindo expectativas relativas a aspectos como avanço da cobertura vacinal no país, meta de inflação, teto de gastos, agenda de reformas do Governo Federal, eleições, capacidade de resposta frente a uma nova variante do coronavírus. Além disso, havia a expectativa que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrasse o ano de 2022 no patamar de 5,0% e que a taxa básica de juros (Selic) atingisse o patamar de 11,75%. Entretanto, é importante ter em mente que em fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia, provocando grande instabilidade no cenário político e econômico mundial, com conseqüências diretas no aumento do custo dos alimentos e fontes energéticas, bem como desaceleração no crescimento do PIB mundial.

Dessa forma, em conseqüência das questões do mercado interno e externo, a inflação medida através do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 5,79%, patamar acima da meta estipulada para o ano de 3,5%. Além disso, na última reunião do ano realizada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM a taxa básica de juros no patamar de 13,75%, uma elevação de 4,50% frente ao início do ano. Por fim, especialistas estimam que o Produto Interno Bruto encerrará o ano em 3,1%.

Com relação a perspectivas futuras, ressalta-se que de momento várias incertezas podem ser registradas quanto ao cenário econômico nacional, atreladas a expectativas quanto a Política Econômica a ser implementada pelo ministro da economia Fernando Haddad, desarranjo das contas públicas, definição de uma nova âncora fiscal, possibilidade de revisão da meta de inflação, reforma tributária, dentre outros.

Assim, há volatilidade nas expectativas para os indicadores financeiros a partir de 2023. No que diz respeito ao crescimento da economia doméstica, organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Morgan Stanley têm apresentado estimativas de crescimento da ordem de 1,2%, entretanto, os relatórios Focus do Banco Central, publicados ao longo do mês de janeiro de 2023, apresentaram pequenas oscilações em torno de 0,8%.

No que diz respeito à inflação, é esperado que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre o ano de 2023 no patamar de 3,9%, valor acima da meta estabelecida para o período fixada em 3,25%. Cabe salientar que as primeiras semanas de 2023 têm sido marcadas por uma elevação da tensão entre o novo governo eleito e o presidente do Banco Central do Brasil (BCB) sobre os rumos da política monetária, taxa básica de juros e consequente controle da inflação. Por fim, com relação a taxa Selic, o Relatório Focus do Banco Central publicado em 13/02/2023 estima redução de 1 p.p., encerrando o ano no patamar de 12,75%.

Com relação ao cenário estadual, estimativas feitas pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG indicam que a economia do estado de MG crescerá 1,32%, sendo que este crescimento será impulsionado pela expansão do setor Agropecuário (5,76%) e Indústria (1,50%).

Com relação ao cenário internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI), em relatório publicado em 30 de janeiro de 2023, estima que a economia mundial continuará crescer em ritmo menor do que apresentado nos últimos 2 anos (2021 – 6,2% e 2022 – 3,4%). Além disso, é esperado que a inflação global caia para o patamar de 6,6% com melhora de 2,2 p.p., mas ainda bem acima do patamar pré-pandêmico de 3,5%.

Resultado do período do Sicoob Central Crediminas

Em 2022, o Sicoob Central Crediminas concluiu o exercício com ativos totais de R\$ 14,5 bilhões, apresentando um aumento de 43% em relação ao ano anterior. A centralização financeira das filiadas alcançou o montante de R\$ 13,2 bilhões que corresponde a um aumento de 44,7% comparado a 2021. Esses recursos pertencem às 72 cooperativas filiadas ao Sicoob Central Crediminas. O patrimônio líquido do Sistema Crediminas apresentou crescimento de 25%, totalizando R\$ 862 milhões, e esse avanço foi fruto de novos aportes de capital feitos pelas filiadas para bancar os ativos existentes, em seus respectivos níveis de risco, bem como dos resultados acumulados no ano de 2022 – os quais totalizaram R\$ 22,3 milhões de sobras, já considerando o pagamento de juros ao capital às filiadas, num montante de R\$ 83,2 milhões. Observadas as condições apresentadas e a evolução constante dos negócios do Sicoob Central Crediminas nos últimos anos, sempre na busca de apoio aos associados das cooperativas filiadas, pode-se concluir que houve manutenção do projeto de desenvolvimento e de crescimento dos negócios em condições saudáveis, o que coloca o Sicoob Sistema Crediminas em posição de destaque no seu âmbito de atuação, assim como no cenário nacional.

Gestão de riscos

De acordo com a regulamentação em vigor, em especial a Resolução CMN n.º 4.557/2017, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) devem possuir estrutura de gerenciamento de riscos e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos dos serviços, das atividades e dos processos da entidade, assim como proporcional à dimensão, à relevância da exposição aos riscos e à importância sistêmica da entidade.

Ainda conforme o artigo 4º da mesma Resolução, para sistemas cooperativos de crédito, é facultada a implementação de estrutura centralizada, modelo que foi adotado pelo Sicoob Sistema Crediminas, conforme adesão à Política de Gestão Integrada de Riscos, o que não desonera as responsabilidades da Central em relação às suas atribuições de monitoramento e assunção de riscos, motivo pelo qual o Sicoob Central Crediminas procedeu à indicação, em 14 de junho de 2018, de um Diretor-Executivo para Gerenciamento de Riscos e Capital (CRO).

Conforme prevê a Resolução n.º 4.553/2017, as instituições financeiras são classificadas de acordo com seu porte, mensurado com base no valor da exposição total da entidade e no valor do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, motivo pelo qual o Sicoob Central Crediminas passou a se enquadrar na regulamentação prudencial denominada S3, a partir de 1º de janeiro de 2022, e durante o exercício social implementou as adequações necessárias para o referido segmento, dentre as quais se destaca a atuação do Comitê de Riscos – CRS, que tem primado pelo atendimento às premissas da Resolução CMN n.º 4.557/2017, priorizando a Gestão Integrada dos Riscos – GIR, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar adotando as ações necessárias para alcançar seus objetivos e subsidiando a Alta Administração das informações pertinentes à norma.

Tecnologia e segurança da informação

O Sicoob Central Crediminas manteve ao longo de 2022 o desenvolvimento de ações para a promoção da segurança da informação e segurança cibernética, com o objetivo de garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção dos dados. Além disso, seguiu as melhores práticas de mercado, visando elevar o nível de maturidade em relação à gestão de tecnologia da informação.

Toda a estratégia esteve apoiada em processos de controle para detecção, prevenção, monitoramento e resposta a incidentes, a fim de proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade e evitar violações da segurança dos dados e o vazamento de informações.

Dessa forma, realizou diferentes iniciativas de aculturação e capacitação, com o entendimento de que o principal mecanismo para garantir a segurança da informação é o fortalecimento do conhecimento dos empregados no que tange aos aspectos de segurança da informação no dia a dia de trabalho. Nesse sentido, por meio da conscientização dos empregados sobre suas responsabilidades, o Sicoob Central Crediminas realizou workshops, treinamentos, capacitações e diferentes ações de forma a fortalecer iniciativas que fortalecessem a segurança da informação e cibernética na instituição.

Suporte aos cooperados e comunidades

Durante todo o ano, o Sicoob Central Crediminas seguiu atuando para dar suporte às suas 72 cooperativas singulares filiadas e, por meio de um portfólio completo de produtos e serviços, atendeu às diferentes necessidades financeiras dos associados, garantindo apoio financeiro à Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas e produtores rurais.

Dentre as linhas de atendimento aos empresários, o Sicoob Sistema Crediminas teve papel crucial, com a oferta de crédito por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), do Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) e do PEAC (Programa Emergencial de Acesso a Crédito), atuando para atender e dar suporte aos associados PJs, permitindo a perenidade e crescimento dos seus negócios.

Também se destaca o apoio aos produtores rurais durante todo o ano, principalmente diante o atendimento de suas necessidades de crédito, que foi fortemente impactada diante à falta de disponibilidade de recursos de algumas das principais linhas de atendimento a esse público pelo Governo Federal, como por exemplo os programas com taxas pré-fixadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Além disso, as ações do Sicoob Central Crediminas serviram de apoio aos setores produtivos por meio de patrocínios a importantes iniciativas de fomento ao comércio e ao agronegócio, incluindo ações da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (Federaminas), o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, a Semana Internacional do Café e a Feira Aproxima, além do apoio ao esporte, por meio do patrocínio oficial ao Campeonato Mineiro de Futebol.

Em atenção ao sétimo princípio cooperativista – Interesse pela comunidade –, o Sicoob Central Crediminas, bem como suas cooperativas singulares filiadas tiveram forte atuação nas regiões onde mantêm atuação, com doações para instituições socioassistenciais, iniciativas de apoio ao esporte e lazer, promoção do meio ambiente e sustentabilidade, dentre outras. Nesse aspecto, destacam as ações do Dia de Cooperar – Dia C, a qual contabilizou 116 iniciativas apenas do Sicoob Sistema Crediminas.

Além disso, no que tange às ações de promoção voltadas para a educação financeira e cooperativista, no último ano as cooperativas filiadas à Central promoveram diferentes projetos em suas comunidades, com maior relevância às iniciativas da Semana Nacional de Educação Financeira e da Semana Mundial do Investidor. Entre as ações, estiveram a realização de palestras, treinamentos e concursos promovidos em parceria com instituições educacionais. Nesse âmbito, cabe mencionar ainda que em 2022, o Sicoob Sistema Crediminas registrou 100% de adesão de suas singulares ao Instituto Sicoob, organização do Sistema Sicoob cujo objetivo é difundir a cultura cooperativista e contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades.

Governança

O último ano exigiu da Governança dedicação e empenho para seguir com o processo decisório considerando as particularidades no processo de retomada da economia pós -pandemia da Covid-19. O cenário implicou necessidade de pensar novas soluções para manter o atendimento adequado às cooperativas singulares filiadas e aos cooperados, conservando ainda o compromisso para com os norteadores estratégicos do Sicoob.

O Conselho de Administração, com o olhar para o ambiente externo, definiu para o Sicoob Central Crediminas estratégias com foco na perenidade do negócio, cuja implementação coube à Diretoria Executiva.

De mesma forma, ao Conselho Fiscal e a Diretoria de Gestão de Riscos e Capital coube atuação enquanto principais responsáveis pelos processos de conformidade. Destaca-se nesse aspecto que a cultura de integridade e as boas práticas da governança cooperativa permitiram ao Sicoob Central Crediminas se fortalecer e consolidar sua atuação no mercado no último ano.

Em 30 de março, a assembleia de prestação de contas e eleição do novo Conselho de Administração do Sicoob Central Crediminas e Diretoria Executiva aconteceu com sucesso. Sua realização se deu no formato digital, via aplicativo Sicoob Moob, sendo também apresentadas e aprovadas na oportunidade a deliberação sobre a destinação das sobras e a alteração na Política de Remuneração da governança da Central.

Na referida assembleia, também foi deliberada a adoção de indicadores e metas referentes ao Pacto Sistêmico de Estratégia – PSE pelas singulares filiadas ao Sistema Sicoob Crediminas, medida que sistemicamente traz avanços no que se refere ao acompanhamento de metas e resultados. Neste aspecto, foram também implementadas diversas ações alinhadas ao PSE, com diretrizes estratégicas que permitirão a evolução sustentada em bases sólidas e conectadas com o propósito do Sicoob.

Já em 13 de dezembro, o Sicoob Central Crediminas realizou Assembleia Geral Extraordinária que teve entre os aspectos de deliberação a reforma parcial do Estatuto Social no que tange à criação do Comitê de Auditoria e o aumento de percentual pago sobre a remuneração de capital das cooperativas singulares filiadas.

Dentre ações de destaque, em setembro de 2021, a Central promoveu o 1º Encontro de Presidentes do Sicoob Sistema Crediminas. A iniciativa teve como foco reunir os dirigentes para promoção da integração, estruturação e construção de uma visão mais sistêmica. O Encontro trouxe a oportunidade de os participantes fazerem um diagnóstico de oportunidades e melhorias em nos processos internos, sendo um importante espaço para escuta ativa das necessidades e anseios das singulares com relação às entregas da Central. Além de apresentações dos principais líderes do Sicoob, a iniciativa também trouxe palestrantes que discutiram aspectos normativos, com participação do Banco Central do Brasil, e referências brasileiras na discussão sobre os aspectos éticos na gestão.

Em 2022, a Governança, bem como todas as áreas técnicas da Central, voltou-se essencialmente para apoiar as filiadas a manterem a qualidade no atendimento aos cooperados, seja em meios físicos ou digitais, garantindo por consequência o atingimento das metas.

Para o ano de 2023, a Governança da Central seguirá atuando com foco na longevidade da organização, com base na premissa da segregação das funções estratégicas, executivas e de fiscalização, bem como na mitigação de conflitos de interesse.

Informações das Cooperativas componentes do Sistema Crediminas

Crescimento dos Negócios e Ampliação de Mercado

Em 2022 o Sicoob Sistema Crediminas continuou a trajetória de crescimento verificada nos últimos anos, sendo atingidas algumas marcas bastante expressivas. O fechamento contábil do ano mostrou que foi alcançada a marca histórica de R\$ 1,0 bilhão de Resultado Final (Sobras Líquidas), representando um crescimento de 34% frente ao ano de 2021 – parte desse avanço pode ser atribuído à melhora da Margem Financeira, ou seja, reflexo das políticas de precificação de captação e aplicações na Centralização Financeira. Além disso, foi mantido o forte crescimento da base de associados, sendo boa parte desses (quase 30%) embarcados via canais digitais.

No que tange a presença física, com a aprovação do Plano de Expansão e Ocupação do Sicoob pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, em dezembro de 2020, foi possível que as cooperativas executassem as programações de aberturas de novos Postos de Atendimento. Assim, ao longo de 2022 foram abertos 102 novos Postos de Atendimento, fortalecendo a presença física das cooperativas nos estados da Bahia, Goiás, Rio de Janeiro São Paulo e no Distrito Federal, bem como ficando mais próximas da população mineira. A abertura desses novos PA's refletiu em um crescimento de 12% da rede de atendimento e, assim, o Sicoob Sistema Crediminas encerrou o ano com 778 estruturas de atendimento, entre sedes e agências.

Planejamento Estratégico

Em 2022, as cooperativas seguiram na busca das metas definidas, sendo alcançados os objetivos sistêmicos para o crescimento patrimonial e dos resultados, assim, todas metas foram superadas – Ativos, das linhas de Depósitos, Operações de Crédito, Rendas de Serviços, Resultado Final e Número de Associados.

Dessa forma, os crescimentos foram os seguintes:

- Ativos Totais: crescimento de 29,7% frente ao fechamento de 2021, totalizando R\$ 36,0 bilhões;
- Depósitos Totais: crescimento de 30,2% frente ao fechamento de 2021, totalizando R\$ 23,7 bilhões;
- Operações de Crédito: crescimento de 21,4% frente ao fechamento de 2021, totalizando R\$ 20,4 bilhões;
- Rendas de Serviços: crescimento de 9,1% frente ao fechamento de 2021, totalizando R\$ 813,4 milhões;
- Resultado Final: crescimento de 33,9% frente ao fechamento de 2021, totalizando R\$ 1,0 bilhão;
- Número de Associados: crescimento de 17,3% frente ao fechamento de 2021, totalizando 1,2 milhão cooperados;

Além do avanço nos itens referentes às contas patrimoniais e de resultado, os indicadores negociais também apresentaram evolução significativa:

- Índice de Eficiência Padrão (IEP): melhora de aproximadamente 5 pontos percentuais, encerrando o ano em 47,7%;
- Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEA): melhora de aproximadamente 3 pontos percentuais, encerrando o ano em 56,0%;
- Transações Financeiras por canais digitais: avanço de 9 pontos percentuais, encerrando o ano em 61%;
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido: atingimento de 183% do CDI apurado entre janeiro/22 e dezembro/22;
- Índice de Aproveitamento de Produtos (IAP): estabilidade do indicador, encerrando o ano com média ponderada por cooperado em 3,0 produtos, decorrente do avanço da base de associados.

Gestão de crédito

O ano de 2022 demonstrou-se favorável para o mercado de crédito, apesar da alta de juros medida pela taxa Selic e incertezas trazidas pelo cenário político e fiscal, corroborando para uma gradual redução no volume de operações liberadas em relação a períodos anteriores, além do aumento de inadimplência, sobretudo a partir do segundo semestre. Neste cenário, o comportamento da carteira de crédito do Sistema Sicoob Crediminas destacou-se pela resiliência e modernização, sinalizando crescimento dos estoques e resultados, conforme demonstrado a seguir:

- Crescimento de 21% do estoque da carteira de crédito, atingindo saldo bruto de R\$ 21,7 bilhões.
- O provisionamento avançou 33%, acompanhado pelo crescimento da inadimplência em 81%, embora os indicadores tenham se mantido saudáveis, abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional, findando o exercício posicionados em 4,75% e 1,79%, IPROV e INAD90 respectivamente.
- Paralelamente ao aumento da taxa média de juros no mercado medida pela Selic e maior avanço do provisionamento, a rentabilidade bruta da carteira apresentou crescimento de 24%, posição final de 1,45% ante a 1,17% em 12/2021.
- O resultado de intermediação financeira apresentou crescimento de 34%, atingindo R\$ 2,41 bilhões no acumulado de 2022, reforçando o excelente comportamento do seu principal ativo, crédito.

- A carteira de crédito do Sistema Sicoob Crediminas mantém-se concentrada em produtores rurais Pessoa Física, com 49%, embora a participação no público Pessoa Jurídica tenha avançado nos últimos anos, atualmente com 36% de representatividade, sobretudo micro e pequenas empresas.

- A carteira de crédito rural apresentou crescimento de 29% em 2022, atingindo representatividade de 36% da carteira total. O crescimento foi puxado, sobretudo, pela carteira de recursos livres, 170%, passando a representar 46% da carteira rural, ante a 35% no ano anterior.

FGCoop

O Fundo Garantidor do Cooperativismo Financeiro (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado e abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos.

Seu objetivo é prestar garantia aos depósitos e investimentos dos correntistas (associados), nos casos de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial. Atua ainda de forma preventiva na manutenção da saúde financeira dos cooperados brasileiros, podendo contratar operações de assistência financeira nas instituições associadas, seja diretamente ou por intermédio da respectiva Central ou Confederação.

Ressalta-se que a missão do FGCoop é proteger os depositantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) nos limites da regulamentação (Resolução n.º 4.284/2013 – até o valor de R\$ 250 mil, limitado ao saldo existente), contribuindo para sua solidez, perenidade e imagem do sistema cooperativo de crédito nacional.

Dessa forma, o foco da atuação do FGCoop está estabelecido em três aspectos fundamentais: proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e as condições estabelecidos; contribuir para a prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista; bem como contribuir para a manutenção da estabilidade do SNCC.

O Sicoob

O Sicoob está organizado em três níveis operacionais que vinculam cooperativas singulares, centrais e o Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

As cooperativas singulares são as entidades que prestam atendimento direto aos cooperados. Elas têm atuação local e estão presentes em todos os estados e no Distrito Federal;

As cooperativas centrais são as entidades regionais que promovem a integração sistêmica das cooperativas singulares a elas filiadas, coordenando-as e oferecendo-lhes apoio. Hoje, o Sicoob opera com 14 centrais distribuídas pelo território nacional;

O CCS tem por finalidade representar institucionalmente o Sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema.

Integram o CCS:

- Uma confederação;
- Um banco cooperativo;
- Um instituto voltado para o investimento social estratégico;
- Uma distribuidora de títulos e valores mobiliários;
- Uma processadora e bandeira de cartões;
- Uma administradora de consórcios;
- Uma entidade fechada de previdência complementar;
- Uma seguradora do ramo vida e previdência.



Propósito, Missão, Visão e Valores

Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.

Agradecimentos

A administração do Sicoob Central Crediminas agradece em especial a todas as cooperativas filiadas, responsáveis pelos bons resultados apresentados em 2022, consequência do bom atendimento aos quase um milhão e 200 mil de cooperados do Sicoob Sistema Crediminas.

No último ano, as cooperativas mais uma vez reforçaram seu trabalho e importância para as comunidades onde estão inseridas, desempenhando um excelente trabalho em suas áreas de atuação e contribuindo diretamente para promover a justiça financeira em Minas Gerais.

De mesma forma, a administração reconhece a confiança também dos cooperados no Sistema, bem como agradece aos empregados pelo empenho na entrega das atividades, aos conselheiros pelo trabalho dedicado às importantes deliberações e fiscalizações para o bom desempenho da gestão. Também registra reconhecimento à atuação do Centro Cooperativo Sicoob pelo trabalho de fortalecer a marca Sicoob em todo o país, assim como pela parceria em diversas ações realizadas de forma conjunta ao longo de 2022.

A administração agradece ainda as importantes parcerias firmadas e reafirmadas ao longo do último ano, com destaque ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG), ao Governo de Minas Gerais – por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) e dos órgãos de segurança pública –, ao Sistema Ocemg/Sescoop-MG, às instituições associativistas – como a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) – e às demais instituições cooperativistas, que sempre reforçam a intercooperação – sexto princípio cooperativista.

Belo Horizonte
A administração



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo –SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas (“Cooperativa Central”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Central.

Captações e aplicações correspondentes

A Cooperativa Central é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicoob e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com demais instituições integrantes da referida estrutura. Dentre essas operações, em 31 de dezembro de 2022, destacam-se a captação de recursos com as cooperativas filiadas através da centralização financeira e da emissão de depósitos a prazo, nos montantes de R\$13.248.654 mil e R\$30.257 mil, respectivamente. Tais recursos são investidos em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, cujos montantes são de R\$7.177.963 mil e R\$5.394.305 mil, respectivamente. Devido a relevância dessas operações em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos captações e aplicações correspondentes como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para as captações em depósitos a prazo incluíram, entre outros, a verificação, de forma amostral, da correta valorização através da reprecificação com base em índices divulgados no mercado, bem como da existência através dos extratos de custódia. Para as captações através da centralização financeira, verificamos os extratos de centralização e realizamos procedimentos de confirmações externas com as cooperativas singulares afiliadas à Cooperativa Central. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários correspondentes, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a verificação das informações divulgadas nos sistemas dos órgãos custodiantes da posição detida pela Cooperativa, a verificação da correta valorização através da reprecificação e cotações divulgadas no mercado e procedimento de confirmação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das captações e aplicações correspondentes, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Cooperativa Central para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 23 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa Central, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa Central. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

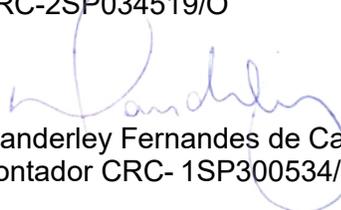
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC- 1SP300534/O-8

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	2
Demonstração de sobras ou perdas	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	9

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Balanco patrimonial
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e não circulante		13.971.514	9.652.129
Caixa e equivalente de caixa	4	1.000.592	2.002.072
Instrumentos financeiros		12.572.268	7.132.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.177.963	3.420.434
Títulos e valores mobiliários	6	5.394.305	3.711.939
Relações interfinanceiras	7	195.400	76.330
Repasses Interfinanceiros		195.470	76.525
(-) Provisão para repasses interfinanceiros		(70)	(195)
Operações de crédito	8	158.732	402.858
Empréstimos e direitos creditórios descontados		159.558	404.903
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(826)	(2.045)
Outros créditos	9	42.954	36.930
Rendas a receber		1.379	13
Diversos		41.575	36.917
Outros valores e bens	9	1.568	1.566
Outros valores e bens		-	36
Despesas antecipadas		1.568	1.530
Investimentos	10	517.818	463.997
Imobilizado de uso	11	30.885	31.706
Imobilizado de uso		52.392	49.578
(-) Depreciação acumulada do imobilizado de uso		(21.507)	(17.872)
Intangível	12	1.375	1.020
Intangível		29.172	1.537
(-) Amortização acumulada dos ativos intangíveis		(27.797)	(517)
Total do ativo		14.521.592	10.148.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Balanço patrimonial
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e não circulante		13.659.472	9.460.080
Depósito a prazo	13A	30.257	29.564
Recibo de depósito cooperativo – RDC		30.257	29.564
Relações interfinanceiras		13.248.654	9.155.477
Centralização financeiras – cooperativas	13 B	13.248.654	9.155.477
Obrigações por empréstimos e repasses	14	318.297	217.880
Empréstimos no país - outras instituições		7.258	9.062
Repasses no país - instituições oficiais		311.039	208.818
Outras obrigações		62.264	57.159
Sociais e estatutárias	15	5.967	8.780
Fiscais e previdenciárias	15	1.274	1.552
Diversas	15	27.987	23.235
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	16	27.036	23.592
Patrimônio líquido	17	862.120	688.772
Capital social		798.154	628.672
Reserva legal		43.268	40.637
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.669)	(4.401)
Sobras acumuladas semestre/exercício		22.367	23.864
Total do passivo e patrimônio líquido		14.521.592	10.148.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Demonstração de sobras ou perdas
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2º Sem 2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ingresso/Receitas da intermediação financeira		<u>866.465</u>	<u>1.423.026</u>	<u>440.295</u>
Operações de crédito	7 (e) e 8 (g)	27.167	58.741	12.863
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e de aplicações interfinanceiras de liquidez	5 (c) e 6 (d)	839.298	1.364.285	427.432
Dispêndio/Despesas da intermediação financeira		<u>(845.308)</u>	<u>(1.389.734)</u>	<u>(430.630)</u>
Despesas de captação	13	(2.378)	(4.263)	(1.100)
Operações de empréstimos e repasses	14	(12.140)	(20.251)	(5714)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	13	(833.075)	(1.366.564)	(422.895)
Provisão/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 (d) e 8 (f)	2.285	1.344	(921)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>21.157</u>	<u>33.292</u>	<u>9.665</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>32.976</u>	<u>78.634</u>	<u>43.339</u>
Receitas de prestação de serviços	23	388	1.017	896
Despesas de pessoal	18	(14.200)	(28.625)	(29.465)
Outras despesas administrativas	19	(10.567)	(20.217)	(17.192)
Despesas tributárias		(130)	(300)	(281)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10 (b)	34.394	81.868	41.921
Outras receitas/ingressos operacionais	20	27.162	52.022	51.181
Outras despesas/dispêndios operacionais	21	(2.194)	(3.687)	(1.602)
Despesas/dispêndios de provisão para passivos contingentes	22	(1.877)	(3.444)	(2.119)
Resultado operacional		<u>54.133</u>	<u>111.926</u>	<u>53.004</u>
Outras receitas não operacionais		<u>40</u>	<u>47</u>	<u>123</u>
Resultado antes da tributação e participação no resultado		<u>54.173</u>	<u>111.973</u>	<u>53.127</u>
Imposto de renda sobre atos não cooperativos	23	(30)	(112)	(115)
Contribuição social sobre atos não cooperativos	23	(22)	(80)	(104)
Participação no resultado de empregados		<u>(788)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>(1.794)</u>
Sobras líquidas do semestre e exercício		<u><u>53.334</u></u>	<u><u>110.481</u></u>	<u><u>51.114</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2º Sem. 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sobras líquidas		<u>(2.206)</u>	<u>27.060</u>	<u>28.697</u>
Ajuste a valor de mercado em controlada	17 (c)	<u>1.143</u>	<u>2.732</u>	<u>(4.401)</u>
Total do resultado abrangente		<u><u>(1.063)</u></u>	<u><u>29.792</u></u>	<u><u>24.296</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Ajuste do valor patrimonial	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	549.029	37.829	-	18.114	604.972
Aumento de capital com sobras	12.717	-	-	(12.717)	-
Aumento de capital em espécie	46.838	-	-	-	46.838
Distribuição de sobras	-	-	-	(5.397)	(5.397)
Sobra do semestre	-	-	-	51.114	51.114
Pagamento de remuneração do capital	22.417	-	-	(22.417)	-
Destinação a reserva legal	-	2.808	-	(2.808)	-
Destinação ao Fates	-	-	-	(2.025)	(2.025)
Devolução de cotas partes	(2.329)	-	-	-	(2.329)
Ajuste TVM em controlada	-	-	(4.401)	-	(4.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	628.672	40.637	(4.401)	23.864	688.772
Saldos em 31 de dezembro de 2021	628.672	40.637	(4.401)	23.864	688.772
Aumento de capital com sobras	13.590	-	-	(13.590)	-
Aumento de capital em espécie	72.712	-	-	-	72.712
Distribuição de sobras	-	-	-	(10.274)	(10.274)
Sobra do exercício	-	-	-	110.481	110.481
Remuneração do capital - integralizado	83.180	-	-	(83.180)	-
Remuneração do capital a pagar	-	-	-	(241)	(241)
Destinação a reserva legal	-	2.631	-	(2.631)	-
Destinação ao Fates	-	-	-	(2.062)	(2.062)
Ajuste TVM em controlada	-	-	2.732	-	2.732
Saldos em 31 de dezembro de 2022	798.154	43.268	(1.669)	22.367	862.120
Saldos em 30 de junho de 2022	657.351	40.637	(2.812)	29.267	724.443
Aumento de capital em espécie	57.623	-	-	-	57.623
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-
Sobra do semestre	-	-	-	53.334	53.334
Remuneração do capital - integralizado	83.180	-	-	(55.300)	27.880
Remuneração do capital a pagar	-	-	-	(241)	(241)
Destinação a reserva legal	-	2.631	-	(2.631)	-
Destinação ao Fates	-	-	-	(2.062)	(2.062)
Ajuste TVM em controlada	-	-	1.143	-	1.143
Saldos em 31 de dezembro de 2022	798.154	43.268	(1.669)	22.367	862.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação e da participação no resultado		54.173	111.973	53.127
Ajustes de:		(33.106)	(76.450)	(38.057)
Provisão para participação no resultado		(787)	(1.300)	(1.794)
Provisão (reversão) para perdas em relações interfinanceiras	7 (d)	(372)	(125)	(675)
Provisão (reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8 (f)	(1.912)	(1.219)	1.596
Provisão para passivos contingentes	22	1.877	3.444	521
Reversão de provisão de remuneração do capital		-	-	-
Equivalência patrimonial	10 (a)	(34.394)	(81.868)	(41.921)
Baixa de imobilizado	11	2	9	35
Depreciação e amortização	19	2.480	4.609	4.181
Varição nos ativos e passivos		(2.123.238)	(1.123.814)	1.980.923
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(3.256.857)	(3.757.529)	3.794.105
Títulos e valores mobiliários		(1.332.822)	(1.682.366)	(1.383.601)
Relações interfinanceiras e interdependências		1.976.030	3.974.232	(318.568)
Operações de crédito		388.052	245.345	(315.127)
Outros créditos e outros valores e bens		(4.401)	(6.026)	2.774
Depósito a prazo – RDC		(1.307)	693	29.565
Obrigações por empréstimos e repasses		98.655	100.417	112.353
Outras obrigações		9.412	1.420	59.422
Caixa gerado nas operações		(2.102.170)	(1.088.290)	1.995.993
Imposto de renda e contribuição social pagos		(52)	(192)	(219)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.102.222)	(1.088.482)	1.995.774
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Transferencia de cotas de investimento para TVM		67.801	67.801	-
Aumento de capital em controladas e coligadas	10	(37.405)	(68.978)	(36.731)
Aquisições de imobilizado de uso	11	(1.931)	(3.214)	(1.660)
Aquisições de intangível	12	(720)	(938)	(1.122)
Dividendos recebidos	10 (a)	1.366	31.955	6.671
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		29.111	26.626	(32.842)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	17 (a)	57.623	72.712	46.838
Devolução de cotas-partes		-	-	(2.329)
Distribuição de sobras	17 (e)	-	(10.274)	(5.397)
Fates		(2.062)	(2.062)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		55.561	60.376	39.112
Aumento/Redução do caixa e equivalência de caixa		(2.017.550)	(1.001.480)	2.002.044
Caixa e aplicações interfinanceiras no início do semestre		3.018.142	2.002.072	28
Caixa e aplicações interfinanceiras no fim do semestre	4	1.000.592	1.000.592	2.002.072

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
1. Receitas	896.340	1.477.456	491.574
1.1 Intermediação financeira	866.466	1.423.026	440.295
1.2 Prestação de serviços	388	1.017	896
1.3 Reversão/constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.285	1.344	(921)
1.4 Outras receitas/ingressos operacionais	27.162	52.022	51.181
1.5 Outras receitas	39	47	123
2. Despesas da Intermediação financeira	847.594	1.391.078	429.709
3. Insumos adquiridos de terceiros	12.178	21.639	16.729
3.1 Materiais, energias e outros	310	883	1.020
3.2 Comunicação	168	336	341
3.3 Processamento de dados	1.127	2.222	2.214
3.4 Propaganda, promoções e publicidade	2.633	4.913	3.572
3.5 Serviços de terceiros	2.186	3.975	3.423
3.6 Transporte	19	49	27
3.7 Viagens	238	333	57
3.8 Outras	1.401	1.511	2.353
3.9 Outras despesas operacionais	2.197	3.925	1.603
3.10 Despesas (dispêndios) de provisão para passivos contingentes	1.899	3.492	2.119
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	36.569	64.739	45.136
5. Retenções	2.483	4.612	4.180
5.1 Depreciações e amortizações	2.483	4.612	4.180
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	34.087	60.127	40.956
7. Valor adicionado recebido em transferência	34.394	81.868	41.921
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	34.394	81.868	41.921
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	68.481	141.995	82.877
9. Distribuição do valor adicionado	68.481	141.995	82.877
9.1 Pessoal e encargos	14.200	30.003	29.465
9.1.1 Honorários	1.727	3.442	3.264
9.1.2 Salários e encargos	10.034	21.890	21.735
9.1.3 FGTS	674	1.378	1.457
9.1.4 Benefícios e treinamentos	1.765	3.293	3.009
9.2 Impostos, contribuições e taxas	156	205	499
9.3 Aluguéis	3	6	6
9.4 Participação nos resultados	788	1.300	1.794
Sobras apuradas no semestre	53.334	110.481	51.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas (“Instituição”) é uma entidade cooperativista, com escritório e sede na cidade de Belo Horizonte/MG, na avenida Del Rey, 111 – Torre B – 7º andar - Bairro Caparaó, CEP 30.775-240, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica e Resolução CMN nº 5.051/22, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito, com vigência a partir de 01/01/2023. Neste sentido, a Instituição coordena as ações do Sicoob Sistema Crediminas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. A Instituição integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiadas. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) alocação de custos diretos e indiretos relacionados aos serviços prestados pela Central para as filiadas; (ii) e rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiadas, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiadas. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiadas.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo Sicoob S/A. – Banco Sicoob e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira, mediante convênio próprio. Em 31 de dezembro de 2022, quase a totalidade das aplicações financeiras estavam concentradas naquela instituição financeira. O Banco Sicoob, entre outros serviços, proporciona ao Sicoob Sistema Crediminas o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques, outros papéis e o Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiadas. O Sicoob Sistema Crediminas possui um Fundo Garantidor de Depósitos – Sicoob FGD, que é uma associação civil sem fins lucrativos, constituído pelas filiadas, que objetiva dar liquidez e solvabilidade ao Sistema. O Sicoob FGD, de forma complementar ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob e ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop, tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas Participantes e instituições como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, BDMG, BNDES e Banco Sicoob e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão/eliminação de cooperativas do quadro de filiadas.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial da Instituição no valor de R\$3.028.948 em 31 de dezembro de 2022, não oferece risco tendo em visto o seguinte:

- (i) Aproximadamente 96% do ativo não circulante constitui-se de letras financeiras do tesouro e aplicações em certificados interfinanceiros tendo o Banco Sicoob como contraparte e aplicações consideradas de elevada liquidez; e

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) aproximadamente 98% do passivo circulante é composto por depósitos das cooperativas filiadas – centralização financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 06/03/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 29.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a **Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil** divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à **Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022**.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Instituição contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A Cooperativa, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, destacando-se:

- i) Criação de comitê de crise da Instituição, para tratar de assuntos de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos internos e externos;
- ii) Priorização do trabalho remoto (*home office*);
- iii) Constante orientação aos empregados, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados;
- iv) Realização de AGO no modelo híbrido (presencial e digital) e apoio às cooperativas para realização de AGOE digitais;
- v) Busca de ferramentas para possibilitar a execução do trabalho em regime de *home office*;
- vi) Priorização de realização de reuniões por vídeo conferências; e
- vii) Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

3 Principais práticas contábeis adotadas

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis, da parcela sobre o resultado dos atos não cooperativos.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões necessárias para causas judiciais, valor justo de ativos financeiros, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentam risco insignificante de mudança de valor e são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas as operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações de depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e valores mobiliários

São registrados os títulos de renda fixa pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço; e participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A Circular nº 3.068/01, Art. 1º do Banco Central do Brasil, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

(f) Relações interfinanceiras

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, representando basicamente os créditos decorrentes de repasses de recursos do crédito rural (Nota 7).

(g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. (Nota 8).

(h) Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Instituição para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para tais operações, as quais estabelecem nove níveis de risco, de 'AA' (risco mínimo) a 'H' (risco máximo) e a Resolução CMN 4.557/2017 e Circular 1273/87, definem critérios de provisionamento para avais, fianças e obrigações, compromissos de crédito ou operações de natureza semelhante (Notas 7 e 8). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/20, substancialmente, pela participação por ações do Banco Sicoob e por quotas de capital do Sicoob Minaseg – Administradora e Corretora de Seguros do Sistema Sicoob. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob. (Nota 10).

(j) Imobilizado de uso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens. (Nota 11).

(k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20% (Nota 12).

(l) Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) depositadas junto à Instituição conforme o art. 17, inciso VII, alínea “c”, da Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, vigente até 31/12/2022 e art 3º, inciso XII, c, da Resolução CMN 5.051/2022, com vigência a partir de 01/01/2023 e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço. (Nota 13).

(m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis. (Nota 14).

(n) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

(o) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Provisões

São constituídas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da Instituição ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. (Nota 16).

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

(r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Instituição tem por diretriz.

(s) Tributos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista na Lei nº 5.764, de 1971, nos artigos 85 a 88 e 111, nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço ao não associado.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista nos artigos 3º e 4º do mesmo normativo.

(t) Segregação entre circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Nas Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os valores com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(u) Valor de recuperação de ativos - *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A Instituição revisa o valor contábil dos ativos, com o objetivo de determinar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a perda no valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, não existia indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(v) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

(w) Instrumentos Financeiros

A Instituição opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

(y) Resultados recorrentes e não recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Instituição ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração de fluxo de caixa, estão constituídos por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos bancários (i)	85	36
LFT (ii)	<u>1.000.507</u>	<u>2.002.036</u>
Total	<u><u>1.000.592</u></u>	<u><u>2.002.072</u></u>

(i) O saldo refere-se aos recursos disponíveis em tesouraria, classificados como circulante, decorrentes dos impactos previstos na Instrução Normativa BCB nº 144, de 20/08/2021, com redução nos prazos de registro de operações na Selic.

(ii) Esses títulos classificados como circulante foram adquiridos pela Instituição com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, com data de emissão em 29/12/2022 e vencimento em 31/01/2023; são contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição por tipo de aplicação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Certificado de depósitos interfinanceiros (i)	<u>7.177.963</u>	<u>3.420.434</u>
Total	<u><u>7.177.963</u></u>	<u><u>3.420.434</u></u>
Circulante	6.740.124	3.197.972
Não circulante	437.839	222.462

(i) As taxas dos CDI's variam de 98% a 130% do CDI.

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

	<u>31/12/2022</u>			<u>Total</u>
	<u>Até 90</u>	<u>de 91 a 360</u>	<u>acima de 360</u>	
Certificado de depósitos interfinanceiros	467.180	6.272.944	437.839	7.177.963
	<u>31/12/2021</u>			
	<u>Até 90</u>	<u>de 91 a 360</u>	<u>acima de 360</u>	<u>Total</u>
Certificado de depósitos interfinanceiros	135.527	3.062.445	222.462	3.420.434

(c) Renda de aplicação interfinanceira de liquidez

<u>Descrição</u>	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas de aplicações em operações compromissadas	8.151	12.399	4.634
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>544.181</u>	<u>850.640</u>	<u>257.591</u>
Total	<u><u>552.332</u></u>	<u><u>863.039</u></u>	<u><u>262.225</u></u>

6 Títulos e valores mobiliários

Os saldos em títulos e valores mobiliários são compostos por participações da Instituição no capital social de empresas e por aplicações financeiras totalizando:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Participações no capital social de empresas (a)	67.801	-
Aplicações Financeiras (b), (c), (d)	<u>5.326.504</u>	<u>3.711.939</u>
	<u><u>5.394.305</u></u>	<u><u>3.711.939</u></u>
Circulante	2.487.421	1.474.075
Não circulante	2.906.884	2.237.864

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição por tipo de participação

Movimentação	Sicoob Confederação (ii)	CNAC e Confedbrás	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Participação em instituição financeira controlada por cooperativa de crédito – reclassificação (i)	66.947	-	66.947
Participação em cooperativa e outros – reclassificação (i)	-	854	854
Dividendos recebidos	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.947	854	67.801

(i) Em agosto de 2022, os saldos de participações de cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo método de equivalência patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido no artigo 17 da Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações, classificadas como não circulante, são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto no artigo 16 da Instrução Normativa BCB nº 268/2022. Esses títulos correspondem à participação da Intituição no capital social da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, da Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa – CNAC e da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – Confedbrás. As CCI - 696/2022 - CCS, de 30/6/2022 e a CCI – 1.180/2022 - CCS, de 08/11/2022, foram publicadas pelo Centro Cooperativo Sicoob com a orientação para a reclassificação dos investimentos citados.

(ii) O percentual de participação no capital social da investida corresponde à 25,97%.

(b) Composição por tipo de aplicação

	Taxa Média	Taxa Mínim a	Taxa Máxim a	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro(i)	101,02 %	100,03 %	103,66 %	2.971.702	1.621.425
Letras financeiras outros bancos(i)	117,43 %	105,50 %	130,00 %	1.310.487	1.385.457
Cotas de fundos de investimentos(i)	110,10 %	99,77%	122,45%	1.031.144	691.755
Títulos dados em garantia(ii)				<u>13.171</u>	<u>13.302</u>
Total				<u>5.326.504</u>	<u>3.711.939</u>
Circulante				2.487.421	1.474.075
Não circulante				2.839.083	2.237.864

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Esses títulos foram adquiridos pela Instituição com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa; são contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas. As taxas informadas estão atreladas ao CDI. A Instituição é única cotista do “Minas Verde Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” (CNPJ 42.605.189/0001-96), fundo de investimento constituído na forma de condomínio fechado. Também é cotista, juntamente com as entidades a ela ligadas e controladas, ainda, as suas cooperativas associadas, os associados dessas, do “Minascoop Fundo de Investimento – Renda Fixa – Crédito Privado” (CNPJ 05.923.901/0001-79), constituído sob a forma de condomínio aberto. A Instituição é titular de cotas, além de outras entidades do Sicoob, do “Sicoob Liquidez Master Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado” (CNPJ 37.380.811/0001-75), constituído sob a forma de condomínio aberto. Os dois últimos fundos são administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e o Minas Verde FIDC, administrado pela StoneX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(ii) Esses títulos são dados em garantia de operações das cooperativas filiadas junto às instituições oficiais e outras instituições.

(c) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

	31/12/2022			
	Até 90	de 91 a 360	acima de 360	Total
Letras financeiras do tesouro	178.998	1.943	2.790.761	2.971.702
Letras financeiras outros bancos	646.225	629.111	35.151	1.310.487
Cotas de fundos de investimentos	1.031.144	-	-	1.031.144
Títulos dados em garantia	-	-	13.171	13.171
Total	1.856.367	631.054	2.839.083	5.326.504

	31/12/2021			
	Até 90	de 90 a 360	acima de 360	Total
Letras financeiras do tesouro	112.624	6.914	1.501.887	1.621.425
Letras financeiras outros bancos	148.236	512.963	724.258	1.385.457
Cotas de fundos de investimentos	691.755	-	-	691.755
Títulos dados em garantia	-	1.583	11.719	13.302
Total	952.615	521.460	2.237.864	3.711.939

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários - aplicações

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Letras financeiras do tesouro	135.683	232.907	70.571
Letras financeiras outros bancos	94.646	174.542	72.151
Cotas de fundos de investimentos	<u>57.445</u>	<u>94.652</u>	<u>23.033</u>
Total	<u>287.775</u>	<u>502.101</u>	<u>165.755</u>
Prejuízo com cotas de fundo de investimento	<u>(808)</u>	<u>(855)</u>	<u>(549)</u>
Total	<u>286.966</u>	<u>501.246</u>	<u>165.206</u>

7 Relações interfinanceiras

(a) Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Repasses interfinanceiros (i)	102.071	93.399	195.470	62.129	14.396	76.525
Provisão pra repasses interfinanceiros (i)	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>	<u>(70)</u>	<u>(175)</u>	<u>(20)</u>	<u>(195)</u>
(nota 26 (c))	<u>102.036</u>	<u>93.364</u>	<u>195.400</u>	<u>61.954</u>	<u>14.376</u>	<u>76.330</u>

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se em sua totalidade a recursos liberados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA-Funcafê e repassados às cooperativas singulares

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição por nível de risco e situação de vencimento dos repasses interfinanceiros

Conforme artigo 14 da Resolução 2.682/99, as operações com características de concessão de crédito devem utilizar as mesmas premissas de classificação de *rating* utilizadas em operações de crédito.

<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão %</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>Provisão em</u>	<u>Provisão em</u>
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>		
AA	0,0	181.483	37.576	-	-		
A	0,5	13.987	38.949	(70)	(195)		
		<u>195.470</u>	<u>76.525</u>	<u>(70)</u>	<u>(195)</u>		
31/12/2022							
		<u>até 30</u>	<u>31 a 60</u>	<u>61 a 90</u>	<u>91 a 180</u>	<u>181 a 360</u>	<u>acima de 360</u>
Repasses interfinanceiros	1.412	3.814	2.675	5.117	89.053	93.399	195.470
31/12/2021							
		<u>até 30</u>	<u>31 a 60</u>	<u>61 a 90</u>	<u>91 a 180</u>	<u>181 a 360</u>	<u>acima de 360</u>
Repasses interfinanceiros	-	-	-	3.894	58.235	14.396	76.525

(c) Concentração dos repasses interfinanceiros

A concentração dos 20 maiores devedores dos repasses interfinanceiros em dezembro de 2022 foi de R\$195.470 (em 2021 - R\$76.525):

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do Total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do Total</u>
Maior devedor	44.739	23%	20.010	26%
10 maiores devedores	165.999	85%	72.030	94%
20 maiores devedores	195.470	100%	76.525	100%
Total	195.470	100%	76.525	100%

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação da provisão para perdas em relações interfinanceiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(195)	(870)
Constituição de provisão	(372)	(326)
Reversão de provisão	496	1.001
Saldo final	(70)	(195)

(e) Receita com repasses interfinanceiros (crédito rural)

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas de créditos vinculados ao crédito rural (Nota 26 (c))	7.933	12.708	3.424

8 Operações de crédito

(a) Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	153.997	5.561	159.558	391.170	13.733	404.903
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(770)	(56)	(826)	(1.976)	(69)	(2.045)
(nota 26 (c))	<u>153.227</u>	<u>5.505</u>	<u>158.732</u>	<u>389.194</u>	<u>13.664</u>	<u>402.858</u>

(b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão %</u>	<u>Vincendas</u>		<u>Provisão em</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
AA	0,0	-	-	-	-
A	0,5	153.997	400.847	770	2.004
B	1,0	5.561	4.056	56	41
		<u>159.558</u>	<u>404.903</u>	<u>826</u>	<u>2.045</u>
Circulante		153.997	391.170		
Não circulante		5.561	13.733		

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco

					31/12/2022
					Níveis de risco
	AA	A	B	Total	
Empréstimos	-	153.997	5.561	159.558	
	-	153.997	5.561	159.558	
					31/12/2021
					Níveis de risco
	AA	A	B	Total	
Empréstimos	-	400.847	4.056	404.903	
	-	400.847	4.056	404.903	

(d) Composição por tipo de operação e situação de vencimento

							31/12/2022
	até 30	de 31 a 60	de 61 a 90	de 91 a 180	de 181 a 360	acima de 360	Total
Empréstimos	-	15.666	11.862	83.953	42.516	5.561	159.558
	-	15.666	11.862	83.953	42.516	5.561	159.558
							31/12/2021
	até 30	de 31 a 60	de 61 a 90	de 91 a 180	de 181 a 360	acima de 360	Total
Empréstimos	4.867	2.566	-	31.570	352.167	13.733	404.903
	4.867	2.566	-	31.570	352.167	13.733	404.903

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Concentração da carteira de crédito

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do Total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do Total</u>
Maior devedor	65.225	41%	78.988	20%
10 maiores devedores	159.294	99%	329.937	81%
20 maiores devedores	<u>159.558</u>	<u>100%</u>	<u>404.903</u>	<u>100%</u>

(f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(2.045)	(449)
Constituição de provisão	(2.075)	(2.297)
Reversão de provisão	<u>3.295</u>	<u>701</u>
Saldo final	<u>(826)</u>	<u>(2.045)</u>

(g) Rendas de operações de crédito

	<u>2ºSem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas de empréstimos	19.154	45.952	9.439
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	<u>80</u>	<u>80</u>	<u>-</u>
	<u>19.234</u>	<u>46.033</u>	<u>9.439</u>

(h) Operações renegociadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há registros de operações renegociadas.

(i) Movimentação de créditos baixados como prejuízo

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	1.192	1.192
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	<u>(141)</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>1.051</u>	<u>1.192</u>

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros créditos e outros valores e bens

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a receber (i)	1.379	-	1.379	13	-	13
Adiantamentos diversos	258	-	258	181	-	181
Devedores por depósitos em garantia(ii)	-	26.824	26.824	-	22.896	22.896
Impostos e contribuições a compensar	3	-	3	-	-	-
Pagamento a ressarcir (iii)	6.806	-	6.806	4.648	-	4.648
Títulos e créditos a receber (iv)	-	7.258	7.258	-	9.062	9.062
Outros créditos	426	-	426	130	-	130
Outros valores e bens	-	-	-	36	-	36
Despesas antecipadas	1.568	-	1.568	1.530	-	1.530
	<u>10.440</u>	<u>34.082</u>	<u>44.522</u>	<u>6.538</u>	<u>31.958</u>	<u>38.496</u>

- (i) O ativo financeiro registrado na rubrica “Rendas a receber” refere-se, basicamente a valores a receber do Sicoob FGD, decorrentes de processos judiciais movidos contra a Instituição de responsabilidade do Fundo.
- (ii) O ativo financeiro registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia” está melhor detalhado na nota 16;
- (iii) Os valores registrados na rubrica “Pagamentos a ressarcir” referem-se basicamente ao rateio das despesas de custeio da Instituição, debitado às cooperativas singulares em 18/01/2023 e 07/01/2022, respectivamente;
- (iv) O ativo financeiro registrado na rubrica “Títulos e créditos a receber” refere-se ao contrato de compromisso e outras avenças, assinado em 23/12/2019, com o Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – Sicoob FGD, para suporte financeiro à Cooperativa de Crédito do Centro Sul Mineiro Ltda. – Sicoob Centro Sul Mineiro - em decorrência da incorporação da Cooperativa de Crédito do Sudeste Mineiro Ltda., ocorrida em 01/09/2019. Vide nota 14.

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos

(a) O quadro abaixo apresenta um sumário das informações de investimentos em empresas controladas e coligadas:

	31/12/2022				
Movimentação	Banco Sicoob	Minaseg	Sicoob Confederação (ii)	Outros (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	360.647	35.548	66.947	854	463.996
Aquisição	68.978	-	-	-	68.978
Equivalência patrimonial	70.324	11.544	-	-	81.868
Dividendos recebidos	(31.955)	-	-	-	(31.955)
Ajuste a valor de mercado (i)	2.732	-	-	-	2.732
Reclassificação de participações para TVM(ii)	-	-	(66.947)	(854)	(67.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>470.726</u>	<u>47.092</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>517.818</u>

	31/12/2021				
Movimentação	Banco Sicoob	Minaseg	Sicoob Confederação (ii)	Outros (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	303.412	25.203	66.947	854	396.416
Aquisição	36.694	-	-	-	36.694
Equivalência patrimonial	31.576	10.345	-	-	41.921
Ganho na participação acionária	37	-	-	-	37
Dividendos recebidos	(6.671)	-	-	-	(6.671)
Ajuste a valor de mercado (i)	(4.401)	-	-	-	(4.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>360.647</u>	<u>35.548</u>	<u>66.947</u>	<u>854</u>	<u>463.997</u>

(i) Refere-se a ajustes decorrente da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda em empresa controlada conforme nota 17(c).

(ii) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as participações de cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo método de equivalência patrimonial foram reclassificadas do grupo de investimentos para o grupo de títulos e valores mobiliários em agosto de 2022. As CCI - 696/2022 - CCS, de 30/6/2022 e a CCI - 1.180/2022 - CCS, de 08/11/2022, foram publicada pelo Centro Cooperativo Sicoob com a orientação para a reclassificação dos investimentos citados.

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) O quadro abaixo apresenta um sumário das informações apuradas pelo método de equivalência patrimonial:

	Banco Sicoob		Minaseg	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido das investidas	3.214.467	2.474.285	47.097	35.552
Lucro líquido do semestre/exercício	478.880	220.913	11.544	10.346
% de participação no capital social das investidas	14,64%	14,57%	99,99%	99,99%
Valor do investimento	470.726	360.647	47.092	35.548
Equivalência patrimonial	70.324	31.576	11.544	10.345

O Banco Sicoob tem suas demonstrações financeiras auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes na data base de 31 de dezembro de 2022 e publicada em 24/02/2023.

Os investimentos nas empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, quais sejam: (i) Sicoob Minaseg, empresa controlada da Instituição, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais; (ii) Banco Sicoob, empresa coligada da Instituição com influência significativa em sua administração, com sede em Brasília, no Distrito Federal, tem como acionistas as entidades do Sicoob, sendo as cooperativas centrais detentoras das ações ordinárias. Ainda, conforme Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, cada central tem o direito a um voto nas deliberações das reuniões prévias do Conselho de Administração do banco. Em caso de empate, é considerada aprovada, em caráter definitivo, a deliberação das Centrais que representarem o maior número de ações do capital votante do Banco Sicoob. A Instituição recebeu de dividendos do Banco em 2022 o valor de R\$30.590.

11 Imobilizado de uso

O quadro abaixo apresenta um sumário das movimentações financeiras do imobilizado de uso.

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciações	31/12/2021
Terrenos		4.353	-	-	-	4.353
Edificações	4%	18.508	-	-	(983)	19.491
Instalações	10%	2.203	-	-	(545)	2.748
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.362	5	(59)	-	2.416
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.658	2.645	53	(2.432)	2.392
Sistema de Segurança	10%	262	-	(2)	-	264
Sistema de Transporte	20%	539	568	(1)	(66)	42
Total de Imobilizado de Uso		30.885	3.218	(9)	(4.026)	31.706

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido à Pandemia do Covid 19, a Instituição implantou, a partir de 01/04/2020, o sistema de trabalho “home office”, que abrange aproximadamente 60% do quadro de empregados neste último semestre. Para tanto, a Instituição cedeu a esses empregados, por meio de contrato de comodato, os equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades sem prejuízo da performance operacional. Os equipamentos cedidos em comodato na data de 31/12/2022 e em 31/12/2021, correspondem a um total de R\$215 e R\$ 362, respectivamente, registrado na rubrica “Equipamentos de informática”.

12 Intangível

O quadro abaixo apresenta um sumário da movimentação do intangível:

Descrição	Taxa Amortização					31/12/2021
		31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciações	
Sistemas de processamento de dados	20% a.a. a 33%a.a.	29.165	938	-	-	28.227
Patentes	-	7	-	-	-	7
Total de intangível		29.172	938	-	-	28.234
(-) Amort. acum. Sistema de proc. de dados		(27.797)	-	-	(583)	(27.214)
(-) Amort. acum. Patentes		-	-	-	-	-
Total de amortização acumulada		(27.797)	-	-	(583)	(27.214)
Total		1.375	938	-	(583)	1.020

13 Depósito a prazo e relações interfinanceiras - centralização financeira

O saldo da centralização financeira é composto pelos depósitos a prazo e relações interfinanceiras.

a) O saldo de depósito a prazo em 31/12/2022 monta em R\$30.257 e em 31/12/2021, R\$29.564:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	30.257	100%	25.047	96%
10 maiores depositantes (nota 25 (c))	30.257	100%	29.564	100%
Circulante	30.257	-	16.777	-
Não Circulante	-	-	12.787	-

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas com depósito a prazo em 31/12/2022 montam R\$4.263 e em 31/12/2021, R\$1.100. Esses valores estão discriminados em linha específica na demonstração das sobras e perdas, como despesa de captação.

b) O saldo das relações interfinanceiras em 31/12/2022 é R\$13.248.654 e em 31/12/2021, R\$9.155.477, e está concentrado conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>
Maior depositante	1.044.540	8%	871.018	10%
10 maiores depositantes	4.460.680	34%	3.059.816	34%
20 maiores depositantes	7.125.503	54%	4.805.405	53%
40 maiores depositantes	<u>10.794.552</u>	82%	<u>7.332.293</u>	81%
Total depositantes	13.096.521	100%	9.083.175	100%
Provisão da centralização financeira (i)	<u>152.133</u>		<u>72.302</u>	
Total	<u>13.248.654</u>		<u>9.155.477</u>	

Os recursos da centralização financeira, classificados como circulante, com liquidez imediata, nos semestres findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, geraram despesas no montante de R\$1.366.564 e R\$ 422.895, respectivamente, correspondendo a uma taxa média de 102,96% do CDI. Esses valores estão discriminados em linha específica de despesa de depósitos intercooperativos na demonstração das sobras e perdas. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro que por sua vez geraram receitas no mesmo montante. A centralização financeira é administrada de acordo com a Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira do Sicoob.

(i) Refere-se à provisão da remuneração do mês sobre o saldo da centralização financeira, sendo que este valor foi creditado às cooperativas singulares em 05 de janeiro de 2023 e 05 de janeiro de 2022, respectivamente.

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Representam recursos captados junto às instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassadas às suas filiadas (cooperativas singulares).

Instituição	Finalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	31/12/2022			31/12/2021		
				Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito FGCoop(i)	Empréstimo	75% (CDI)	27/12/2025	-	7.258	7.258	-	9.062	9.062
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA-Funcafé	Repasse	4, 5.25, 7 e 11% a.a	até 04/02/2030	210.711	100.328	311.039	192.363	16.455	208.818
				<u>210.711</u>	<u>107.586</u>	<u>318.297</u>	<u>192.363</u>	<u>25.517</u>	<u>217.880</u>

- (i) O valor de R\$7.258 refere-se ao contrato de mútuo assinado, em 27/12/2019, com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop - para prestar suporte financeiro à Cooperativa de Crédito do Centro Sul Mineiro Ltda., em decorrência da incorporação da Cooperativa de Crédito do Sudeste Mineiro Ltda. – Sicoob Credisavi - ocorrida em 01/09/2019. Essa obrigação, conforme contrato de compromisso e outras avenças, foi assumida pelo Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – Sicoob FGD, vide nota 9. Os juros deste contrato no exercício de 2022 correspondem a R\$828 e em 2021, R\$365.

As obrigações por empréstimos e repasses, nos exercícios de 2022 e de 2021, geraram despesas no montante de R\$20.251 e R\$5.714, respectivamente. Esses valores estão discriminados em linha específica na demonstração das sobras e perdas, como despesa de empréstimos e repasses.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Outros passivos circulantes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participações nos resultados (i)	1.733	1.750
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (ii)	3.748	4.479
Gratificações e participações a pagar	245	222
Cotas de capital a pagar	<u>241</u>	<u>2.329</u>
	5.967	8.780
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	<u>1.274</u>	<u>1.552</u>
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.275	845
Provisão para pagamentos a efetuar	930	1.421
Provisão de férias, 13º salários e encargos	2.639	2.859
Credores diversos – País (iii)	<u>23.143</u>	<u>18.110</u>
	27.987	23.235
	<u>35.228</u>	<u>33.567</u>

(i) Refere-se ao provisionamento de participação nos resultados aos empregados previsto na Lei nº 10.101/2000, conforme acordo coletivo homologado pelo sindicato dos empregados.

(ii) Refere-se aos recursos oriundos do resultado decorrente de atos não cooperativos e no mínimo 5% das sobras líquidas do exercício, conforme previsão estatutária.

(iii) Refere-se, basicamente, a uma reserva contábil-financeira do Fundo de Ressarcimento de Valores (FRV), pertencentes às cooperativas filiadas, para cobertura de danos decorrentes de perdas sofridas com ocorrência de roubos, furtos qualificados, explosão de ATM's, assaltos, etc., conforme regulamento próprio de 09/05/2005 e última alteração em 05/08/2021, devidamente registrada em 2º Ofício de Registro de Título e Documentos de Belo Horizonte – MG.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões, ativos e passivos contingentes e outras obrigações

(a) Composição do saldo das contingências

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósito judiciais</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósito judiciais</u>
Pis (i)	7.681	7.641	6.842	6.813
Cofins(i)	17.804	17.682	15.568	15.498
Outros Tributos	1.135	1.135	-	-
INSS	345	345	329	329
Trabalhistas	69	12	213	247
Causas cíveis	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>640</u>	<u>9</u>
	<u>27.036</u>	<u>26.824</u>	<u>23.592</u>	<u>22.896</u>
Circulante	212	-	696	-
Não circulante	26.824	26.824	22.896	22.896

(i) Existe, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, provisão no montante de R\$27.036 e R\$23.592, respectivamente, para fazer face às perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal da contribuição ao PIS e da COFINS. A provisão é considerada suficiente pela administração e assessores jurídicos da Instituição para suportar eventual perda futura. Existem depósitos judiciais que suportam as discussões, cujos valores montam em R\$26.824 e R\$22.896 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, registrados na rubrica “Devedores por depósitos em garantia”, outros créditos do ativo não circulante.

(b) Movimentação das contingências

	<u>31/12/2022</u>						
	<u>Pis</u>	<u>Cofins</u>	<u>Outros tributos</u>	<u>Inss</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Causas cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.842	15.568	-	329	213	640	23.592
Constituições/reversões	366	1.212	176	-	54	(18)	1.790
Atualizações	472	1.025	125	16	15	1	1.654
Baixas/transferência	-	-	834	-	(213)	(621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.680</u>	<u>17.805</u>	<u>1.135</u>	<u>345</u>	<u>69</u>	<u>2</u>	<u>27.036</u>

(a) De acordo com as legislações vigentes, as contingências da Instituição estão sujeitas às revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais específicos para os diversos impostos e contribuições existentes.

(b) O saldo de Outros tributos refere-se principalmente à discussão judicial de tributo municipal.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Existem ainda, outras ações de indenização propostas por ex-associados de cooperativas filiadas, em desfavor da Instituição, no montante de R\$617 (em 31/12/2021 – R\$22.411), atualizados pela variação do INPC. Essas ações não foram provisionadas em decorrência de nossos assessores jurídicos considerarem o risco de perda como possível.

(d) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de contingências passivas são efetuados de acordo com critérios que consideram, entre outras análises, a estimativa de perda, conforme Nota 3 (o).

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado pelo capital social integralizado das 72 cooperativas filiadas em 31.12.2022, no montante de R\$798.154 e em 31.12.2021, R\$628.672. De acordo com o estatuto social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Durante o exercício de 2022, houve aumento de capital no montante de R\$169.482, sendo R\$72.712 em espécie, R\$13.590 por incorporação de sobras do exercício anterior e ainda, R\$83.180, oriundos da remuneração do capital das cooperativas. Esses valores estão discriminados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, conforme inciso I do Artigo 29 do Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Instituição. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva corresponde a R\$43.268 e a R\$40.637, respectivamente.

(c) Ajuste de valor patrimonial

Representado pelo saldo de ajustes de valor patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 que correspondem a (R\$1.669) e R\$4.401, conforme requerido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil, efetuado pelo Banco Sicoob (instituição controlada). A variação destes saldos é decorrentes da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, no montante de R\$2.732 e R\$4.401, respectivamente.

A demonstração de resultado abrangente corresponde às informações de alteração no patrimônio líquido da Instituição, no caso, no exercício de 2022, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas das cooperativas associadas.

(d) Sobras acumuladas

As sobras serão distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social e as normas do Banco Central do Brasil para posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

(e) Deliberação da AGO de 2022

Das sobras apuradas no exercício de 2021, no montante de R\$23.864, após as destinações obrigatórias, R\$10.274 foram creditadas em conta corrente das cooperativas, referente às receitas monetizáveis e R\$13.590, foram incorporadas às cotas-partes das singulares, referente ao resultado das operações não monetizáveis, conforme AGO de 30/03/2022.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Instituição e com a lei 5.764/71, quando do encerramento do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, as sobras líquidas apuradas terão a seguinte destinação:

- 10% para a reserva legal (Fundo de reserva), cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do Sicoob Central Crediminas; e
- Os resultados positivos das operações com não associados, após tributação, serão destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sobras líquida do exercício	27.060	28.697
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Eduacional e Social - operações com não associados	<u>(746)</u>	<u>(622)</u>
Base de cálculo para as destinações estatutárias	26.314	21.310
Destinações		
Reserva legal (10%)	(2.631)	(2.808)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Eduacional e Social (5%)	(1.316)	(1.403)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Eduacional e Social - operações com não associados	<u>(746)</u>	<u>(622)</u>
	(4.693)	(4.833)
Sobras líquida do exercício	27.060	28.697
Destinações estatutárias	<u>(4.693)</u>	<u>(4.833)</u>
Sobras à disposição da AGO	<u><u>22.367</u></u>	<u><u>23.864</u></u>

18 Despesas de pessoal

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de honorários	1.727	3.442	3.264
Despesas de pessoal - benefícios	1.755	3.251	2.991
Despesas de pessoal - encargos sociais	2.849	5.847	6.099
Despesas de pessoal - proventos	7.859	16.043	17.093
Despesas de pessoal - treinamento	-	24	-
Despesas de remuneração de estagiários	<u>10</u>	<u>18</u>	<u>18</u>
	<u><u>14.200</u></u>	<u><u>28.625</u></u>	<u><u>29.465</u></u>

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Outras despesas administrativas

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de água energia e gás	114	257	284
Despesas de aluguéis	3	6	6
Despesas de comunicação	167	336	341
Despesas de manutenção e conservação de bens	133	531	666
Despesas de material	62	94	70
Despesas de processamentos de dados	1.127	2.222	2.214
Despesas de promoções e relações públicas	2.350	4.253	3.043
Despesas de propaganda e publicidade	281	592	443
Despesas de publicações	2	68	86
Despesas de seguros	159	307	82
Despesas de serviços do sistema financeiro	598	1.071	1.020
Despesas de serviços de terceiros	726	1.283	947
Despesas de serviços de vigilância e segurança	23	46	45
Despesas de serviços técnicos especializados	681	1.269	1.329
Despesas de transporte	19	49	27
Despesas de viagens no país	238	333	57
Despesas de depreciação e amortização	2.483	4.612	4.180
Despesas de rateio Confederação	869	1.810	1.622
Outras despesas administrativas	<u>533</u>	<u>1.078</u>	<u>730</u>
	<u>10.567</u>	<u>20.217</u>	<u>17.192</u>

20 Outras receitas/ingressos operacionais

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recuperação de encargos e despesas	877	1.987	3.202
Reversão de provisões operacionais	14	14	406
Atualização de depósitos judiciais	917	1.581	-
Rateio/alocação dos custos da Central (i)	24.881	47.600	46.584
Deduções e abatimentos	11	11	-
Outras receitas operacionais	<u>462</u>	<u>828</u>	<u>989</u>
	<u>27.162</u>	<u>52.022</u>	<u>51.181</u>

(i) O rateio refere-se ao custo administrativo da Instituição, ressarcido pelas cooperativas filiadas por meio de critérios previamente definidos e aprovados em Assembleia e alocação refere-se aos custos dos serviços das cooperativas filiadas conforme demandas delas.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outras despesas/dispêndios operacionais

	<u>2º Sem 2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outras despesas operacionais (i)	2.194	3.687	1.602
	<u>2.194</u>	<u>3.687</u>	<u>1.602</u>

(i) Refere-se principalmente às contribuições ao Sicoob FGD e repasse da remuneração de aplicações financeiras ao FRV

22 Despesas/dispêndios de provisão para passivos contingentes

	<u>2º Sem 22</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para passivos contingentes	946	1.790	1.228
Atualização monetária de passivos contingentes	931	1.654	891
	<u>1.877</u>	<u>3.444</u>	<u>2.119</u>

23 Tributação de atos não cooperativos

Conforme artigo 87 da lei 5.764/71, os resultados das cooperativas com não associados são tributados e levados a conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme abaixo:

Resultado de atos não cooperativos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de prestação de serviços (i)	1.017	896
Despesas de atos não cooperativos (ii)	(83.508)	(88)
Despesas tributáveis proporcionais às receitas de atos não cooperativos	(39)	(90)
Resultado operacional	(82.530)	718
Resultado não operacional	47	123
Lucro/prejuízo tributável antes IRPJ e CSLL	(82.483)	841
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(112)	(115)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(80)	(104)

(i) A receita de prestação de serviços classificada como ato não cooperativo é oriunda, basicamente, de comissões recebidas do Banco Sicoob, que conforme legislação, essa receita integra a base de cálculo dos tributos e o resultado é transferido para o FATES, vide nota 17 (f).

(ii) A CCI 841/2021-CCS, de 28/07/2021 e a CCI 165/2022-CCS, de 14/02/2022 tratam da dedutibilidade da remuneração do capital na apuração dos IRPJ e CSLL.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Pagamento de remuneração do capital social

A Instituição pagou em 31/12/2022, remuneração sobre cotas-partes do capital social das cooperativas filiadas, conforme previsto no artigo 7º da Lei Complementar 130/09. A remuneração correspondeu a 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

O valor creditado às cooperativas, em 2022, foi de R\$83.421, sendo, R\$83.180 incorporados ao capital social das cooperativas no Sicoob Central Crediminas, e R\$241, a pagar; e em 2021, de R\$ R\$ 22.417, e estão apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme Resolução CMN 4.872/20. A remuneração do capital não tem efeito fiscal nas demonstrações financeiras da Instituição.

25 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26 Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui os membros o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, conforme Resolução CMN nº 4.818/2020 e Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários e aos respectivos encargos sociais. No exercício de 2022 e 2021 somaram em R\$4.046 e R\$3.782, respectivamente, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária, e foram registrados em despesas de pessoal na demonstração das sobras e perdas.

(b) Operações com entidades relacionadas

Banco Sicoob e Sicoob DTVM

Transação	Banco Sicoob		Sicoob DTVM	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos				
Depósitos bancários	83	36	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.162.948	3.351.381	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.905.200	2.326.482	-	-
Receitas				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	859.805	180.693	-	-
Títulos e valores mobiliários	315.924	65.020	-	-
Despesas				
Administração da carteira de títulos e valores mobiliários	-	-	408	392
Custódia de títulos e valores mobiliários	254	245	-	-

A Instituição não possui nenhum saldo ativo ou passivo na data base 31 de dezembro de 2022 com a empresa coligada Sicoob Minaseg - Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda. e também com a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa - CNAC e com a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confebrás.

**Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Cooperativas Singulares

	Nota	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Operações de crédito	8	158.732	402.858	45.952	9.439
Repasses interfinanceiros	7 (a) (e)	195.401	76.330	12.708	3.423
Valores a receber					
Rateio/alocação filiadas		4.304	3.693	47.600	46.584
Centralização financeira	13 (b)	13.248.654	9.083.175	(1.366.564)	(422.895)
Passivos					
Depósito a prazo	13 (a)	30.257	29.564	(4.263)	(1.100) -
Patrimônio líquido					
Capital social		798.154	628.673	-	-

(d) Minaseg e Sicoob Confederação

A Instituição remunera os serviços prestados pelo Sicoob Minaseg, em função do assessoramento técnico operacional relativo ao Fundo de Ressarcimento de Valores (FRV) e pelo Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links, estrutura organizacional e de gerenciamento de riscos, entre outros, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Sicoob Minaseg FRV	344	320
Sicoob Confederação	1.850	1.577

27 Índice da Basileia

O índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resolução CMN nº 4.955/21, que trata da metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR), e Resolução CMN nº 4.958/21, referente aos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices de Basileia III de 14,60%, em 31 de dezembro de 2022 e 16,88%, em 31 de dezembro de 2021.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
- Sicoob Central Crediminas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de cálculo	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência nível I	458.846	384.829
Capital principal – CP	458.846	384.829
Patrimônio líquido	866.388	680.873
Patrimônio de referência nível II		-
Patrimônio de referência (a)	458.846	384.829
Risco de crédito	2.903.127	2.071.371
Risco de mercado		2.338
Risco operacional	113.546	110.349
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	3.016.674	2.184.058
PR mínimo para RWA	241.334	174.725
Margem do capital principal	323.096	286.547
Margem de PR nível I	277.846	253.788
Margem do PR	217.513	210.105
Índice basileia III (a/b)	14,60%	16,88%
Capital nível I	14,60%	16,88%
Capital principal	14,60%	16,88%
Risco <i>banking</i> (RBAN)	13.302	9.538
Margem PR -(RWA+ Rban)	204.211	200.567
Razão de alavancagem (RA)	3,24%	3,88%
Limite de imobilização	16,99%	17,70%

28 Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

O plano de previdência adotado pela Instituição possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

A Instituição possui um contrato com a Fundação Sicoob Previdência Privada - Sicoob Previ, executora e administradora do plano de benefícios Sicoob Multi Instituído, e efetua contribuições para o plano de benefícios em favor de seus empregados e diretores.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sicoob Previ contava com 73 participantes ativos vinculadas à Instituição empregadora dos mesmos (em dezembro de 2021 – 121 participantes), cuja contribuição da empregadora totalizou R\$213 e em 2021, R\$121.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Resolução CMN nº 4.966/2021 - Plano para a implementação da regulamentação contábil

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

30 Descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Riscos de mercado e variação das taxa de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são realizadas com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob*, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos *Planos de Continuidade de Negócios* para validar a sua efetividade.

Risco Cibernético

A gestão de segurança do espaço cibernético visa propiciar às entidades do Sicoob a capacidade de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético, de modo que haja proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob, a prevenção a eventual interrupção, total ou parcial, dos serviços de TI acessados pelas entidades e pelos cooperados, a formação e qualificação dos recursos humanos e necessários à área e a promoção do intercâmbio de conhecimentos.

Risco de Conformidade

A conformidade (*compliance*) objetiva assegurar que a instituição esteja em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos, minimizando o risco de sanções legais ou regulatórias, de perdas financeiras ou de impactos a imagem e reputação.

Para tal, são avaliados o compromisso dos conselheiros, diretores, gestores e empregados com a competência e a integridade; os valores éticos dos gestores e empregados; a adequação da estrutura organizacional de forma a garantir que as atividades sejam planejadas, executadas, controladas e monitoradas para alcançar os objetivos estatutários de cada entidade, observando a segregação de função e adequação dos processos de comunicação, assegurando aos conselheiros, diretores, gestores e empregados o conhecimento dos principais riscos da entidade e dos procedimentos de tratamento adotados.

Risco de Estratégia

Podemos compreender como estratégia o estabelecimento de diretrizes que buscam preservar e aumentar o valor do Sicoob, através de um modelo organizacional que promova o alcance de resultados econômicos, financeiros e sociais. O monitoramento do risco de estratégia é realizado conforme premissas estabelecidas no planejamento estratégico da Instituição para o ciclo 2019/2022.

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

- Sicoob Central Crediminas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Imagem

O risco de imagem está associado à forma como uma instituição é percebida pelo público em geral, logo, para se construir e manter uma ótima reputação é necessário que o público tenha confiança na marca ou no negócio desenvolvido pela entidade.

De acordo com as prerrogativas da Resolução CMN 4.122/2012, que trata da reputação dos administradores da Instituição, é realizado monitoramento anual dos membros dos órgãos estatutários, baseado no escopo interno. Adicionalmente, é realizado o monitoramento diário dos restritivos do Serasa e monitoramento (SCR mensal dos restritivos no Sistema Financeiro Nacional), bem como acompanhamento de demais canais que possam ter relação com o risco de imagem da instituição, como Comissão de Ética do CCS, Canais de indícios de Ilícitudes, Ouvidoria, RDR, entre outros.

Risco de Descontinuidade

Em relação ao risco de continuidade, a Instituição monitora mensalmente o *rating* sistêmico. A referida ferramenta proporciona a análise sistêmica do desempenho das cooperativas filiadas, visando mensurar o risco de descontinuidade

* * *

Conselho de Administração

João Batista Bartoli Noronha – Presidente
Carlos Maurício Mascarenhas Mota – Conselheiro
Celio Machado de Castro – Conselheiro
Erivelton Laudimar de Oliveira – Conselheiro
Francisco Costa Junior – Conselheiro
Leonardo Lima Diogo – Conselheiro
Luciano de Oliveira Cunha – Conselheiro
Reginaldo Dias Machado – Conselheiro
Tiago Augusto Pereira Basilio – Conselheiro

Diretoria Executiva

Elson Rocha Justino - Diretor Superintendente
Jésus Ferreira de Carvalho - Diretor Superintendente
Wagner Luiz Silva - Diretor Superintendente

Gerência Administrativa e Financeira

Fabiana Cristina da Silva - Gerente de Controladoria
Contadora responsável CRC-MG 68.606

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o relatório da administração e o relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, declara que os atos e fatos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS.

Belo Horizonte, MG, 06 de março de 2023.

RODRIGO REIS DE AZEVEDO:03411517697

Assinado de forma digital por
RODRIGO REIS DE AZEVEDO:03411517697
Dados: 2023.03.06 10:42:26 -03'00'

RODRIGO REIS DE AZEVEDO
Conselheiro Fiscal Coordenador

RODRIGO OTAVIO DA COSTA:19511620649

Assinado de forma digital por
RODRIGO OTAVIO DA COSTA:19511620649
Dados: 2023.03.06 10:17:30 -03'00'

RODRIGO OTÁVIO COSTA
Conselheiro Fiscal Efetivo

SARA MESQUITA TAVARES NOGUEIRA:91788145615

Assinado de forma digital por
SARA MESQUITA TAVARES NOGUEIRA:91788145615
Dados: 2023.03.06 10:38:12 -03'00'

SARA MESQUITA TAVARES NOGUEIRA
Conselheira Fiscal Efetiva



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Segundo semestre de 2022

Apresentação

O Comitê de Auditoria do Sicoob Central Crediminas tem sua composição, regras de funcionamento e atribuições definidas pela Resolução CMN 4.910/2020, no Estatuto Social e seu Regimento Interno aprovado na 387ª reunião do Conselho de Administração, realizada em 30.11.2022. Os membros do Comitê de Auditoria tomaram posse em 01.02.2023, após aprovação dos nomes pelo Banco Central do Brasil por despacho no dia 18.01.2023, conforme Ofício nº 1.091/2023-BCB/Deorf/GTBHO, processo 0000222403.

O Regimento Interno foi atualizado na reunião 391ª do Conselho de Administração, realizada em 14.02.2023 e encontra-se publicado na Intranet da Instituição.

A finalidade do Comitê de Auditoria é a de assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se relativamente ao Sicoob Central Crediminas, conforme atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil. Dentre suas atribuições temos: **(i)** revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, inclusive as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente; **(ii)** avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos (efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional; **(iii)** avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; **(iv)** recomendar à Diretoria Executiva a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **v.** recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração e substituição caso necessário; **(vi)** reunir-se periodicamente com a Diretoria Executiva, a auditoria independente, a auditoria interna e Conselhos de Administração e Fiscal; **(vii)** monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e **(viii)** estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos.

A auditoria interna é realizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), conforme cronograma e planejamento estabelecido por aquela entidade, com foco nos principais riscos a que o Sicoob Central Crediminas está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

Atividades do Período

Foi realizada reuniões com representantes da Administração, das Auditorias Cooperativa e Independente além de entre os membros do Comitê em que foram abordados os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, auditoria cooperativa, distribuição de sobras e remuneração sobre o capital social, exposições de risco e contabilidade.

Não foi reportado a este Comitê a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Confirmamos nas informações reportadas a este comitê que não existe divergências entre a administração, os auditores independentes e este comitê de auditoria em relação às Demonstrações financeiras do Sicoob Central Crediminas.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a Auditoria Interna realizada pelo Centro Cooperativo Sicoob é efetiva, atua com independência, objetividade e qualidade;
- a *Ernst Young Auditores Independentes S.S.* atua com efetividade e independência nos trabalhos de auditoria independente e cooperativa;
- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e é monitorado nos trabalhos da diretoria de gestão de riscos com duas áreas técnicas subordinadas, gerência jurídica e gerência de riscos e controles. Independentemente, a Administração deve atentar-se permanentemente para o aperfeiçoamento e atualização dos sistemas de controles internos de modo a mitigar riscos e garantir sua perenidade;
- os limites técnicos estavam enquadrados no semestre avaliado, devendo a administração permanecer monitorando os enquadramentos, principalmente na gestão dos recursos da centralização financeira, que impactam nos Índices de Basileia e de Liquidez do Sicoob Central Crediminas;
- a gestão de riscos pela administração vem atuando adequadamente na manutenção do apetite ao risco adequado à RAS - "Declaração de Apetite por Riscos" do Sicoob Central Crediminas;
- as demonstrações contábeis de 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Belo Horizonte (MG), 03 de março de 2023.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

FRANCISCO COSTA Assinado de forma digital por
FRANCISCO COSTA
JUNIOR:02747209652
52 Dados: 2023.03.06 17:05:15
-03'00'

Francisco Costa Júnior
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria
Coordenador

ERIVELTON LAUDIMAR Assinado de forma digital por
ERIVELTON LAUDIMAR DE
DE OLIVEIRA:03307957678
OLIVEIRA:03307957678 Dados: 2023.03.06 17:46:50
-03'00'

Erivelton Laudimar de Oliveira
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria

HUMBERTO BISPO Assinado de forma digital por
DA HUMBERTO BISPO DA
SILVA:29803586653
SILVA:29803586653 Dados: 2023.03.06 15:21:48 -03'00'

Humberto Bispo da Silva
Membro Técnico Efetivo do Comitê de Auditoria